

Vitória (ES), quinta-feira, 30 de Março de 2023.

**ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE - AEBES
HOSPITAL ESTADUAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - HEUE - 28.127.926/0003-23
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em Reais)**

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores e Associados da **Associação Evangélica Beneficente E espírito Santense – A EBES Hospital Estadual de Urgência e Emergência- HEUE**, Vitória, ES. **Opinião sobre as demonstrações contábeis.** Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense AEBES – Hospital Estadual de Urgência e Emergência - HEUE** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Interpretação Técnica Geral aplicáveis a Entidade sem Finalidade de Lucros - ITG 2002, bem como com a Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.** As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo aqui apresentadas, incluem informações comparativas obtidas das demonstrações contábeis de 2021, que foram auditadas por outros auditores, cujo relatório foi emitido em 04 de março de 2022, sem modificação de opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Interpretação Técnica Geral aplicáveis a Entidade sem Finalidade de Lucros - ITG 2002, bem como pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de

elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 24 de fevereiro de 2023.

Wladimir Firme Zanotti Contador CRC 1ES007326/O-5 BAKER TILLY BRASIL - ES Auditores Independentes CRC2ES000289/O-5	Wesley Cristian Marques Contador CRC1ES009545/O-0 BAKER TILLY BRASIL - ES Auditores Independentes CRC2ES000289/O-5
--	--

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em Reais)

Ativo	Nota explicativa 31/12/2022		Nota explicativa 31/12/2021		Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota explicativa 31/12/2022		Nota explicativa 31/12/2021	
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.227.167	10.687.220		Fornecedores e outras contas a pagar	10	9.397.783	10.071.420	
Cliente	5	-	-		Obrigações sociais	11	3.528.127	3.015.564	
Estoques	6	2.989.498	4.524.203		Provisões sociais	12	6.700.430	2.923.855	
Outros ativos circulantes	7	330.203	1.396.896		Obrigações fiscais	13	92.982	78.654	
Reserva para processo desmobilização	8				Recursos públicos para investimentos - Contrato Gestão	14.1	399	8.979	
		8.637.426	5.615.916		Recursos públicos para custeio - Contrato Gestão	14.2	13.479.459	6.140.649	
		33.184.294	22.224.235				33.199.180	22.239.121	
Não circulante					Não circulante				
Depósitos judiciais	15	14.886	14.886		Provisões para processos judiciais	15	-	-	
Bens de terceiros - Cessão de Uso	9	32.345.882	27.570.783		Bens de terceiros - Cessão de Uso	9	32.345.882	27.570.783	
		32.360.768	27.585.669				32.345.882	27.570.783	
Total do ativo		65.545.062	49.809.904		Patrimônio líquido	16	-	-	
					Total do passivo e do patrimônio		65.545.062	49.809.904	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit/(déficit) do Período	Total
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Superavit/Déficit do exercício	-	-	-
Transferência do Superavit/Déficit do para Patrimônio Social	-	-	-
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022	-	-	-

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com restrição	17	150.078.200	146.892.169
SESA-Secretaria de Estado da Saúde		149.806.480	146.626.280
Receita de Serviços de Saúde - Contrato de Gestão		149.797.632	142.045.939
Receita de Recursos de Investimento - Contrato Gestão	8.848	8.848	4.580.341
Outras Receitas		271.720	265.889
Receita Financeira	9.478	9.478	21.242
Outros Recursos Recebidos	262.242	262.242	244.647
Custos e despesas operacionais		(150.078.200)	(146.892.169)
Custos de pessoal próprio	18	(47.448.023)	(41.692.329)
Custos de serviços	19	(71.212.047)	(64.989.216)
Custos de materiais	20	(26.382.788)	(31.268.448)
Custos de Aquisição de Bens			
Contrato de Gestão	21	(20.353)	(4.378.523)
Despesas gerais	22	(4.969.928)	(4.459.744)
Despesas financeiras	23	(15.448)	(35.785)
Despesas tributárias	24	(29.613)	(35.649)
Contingência Trabalhista /Cível / Tributária		-	(3.000)
Outras despesas operacionais			
Impostos e contribuições federais e municipais	25	(27.448.277)	(24.691.745)
(+) Impostos e contribuições federais e municipais-isenções usufruídas	25	27.448.277	24.691.745
Superávit (Déficit) do exercício		-	-

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021			
		31/12/2022	31/12/2021
Superávit líquido do exercício		-	-
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente		-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (EM REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL. Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense – AEBES, com sede na Rua Vênus, sem número, Alecrim, Vila Velha, ES inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, sob o nº 28.127.926/0001-61, é uma sociedade de direito privado e de caráter filantrópico, fundada em 05 de maio de 1956, tendo por finalidades organizar, manter e desenvolver atividades que promovam o bem-estar social, a saúde, a educação e a assistência espiritual à população, sem qualquer distinção, em conformidade com os princípios Cristãos Evangélicos. O reconhecimento da entidade de fins filantrópicos no âmbito federal, está devidamente consubstanciado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, órgão vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, consoante às disposições contidas no art. 3º da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, bem como pelo Decreto Lei nº 86.174 de 02 de julho de 1981. Conta, também, com reconhecimento em nível estadual no Estado do Espírito Santo, através da Lei nº 1.761 de 02 de janeiro 1983, e em nível municipal no Município de Vila Velha através da Lei nº 1.405 de 09 de fevereiro de 1972, respectivamente. A Portaria nº 992 de 20 de agosto de 2019, expedida pelo Ministério da Saúde, garantiu o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à AEBES, até o dia 28 de dezembro de 2022. Em 19 de dezembro de 2022 o Ministério da Saúde por meio do Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, emitiu Declaração de Tempestividade prevista pelo disposto no §2º, do artigo 37, da Lei complementar nº 187/2021, que garante que a certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento tempestivo realizado em 31 de agosto de 2022 sob o nº SEI 25000.122788/2022-59. A AEBES encontra-se devidamente habilitada como Organização Social pela Lei Complementar Estadual nº 489/2009 que criou o Programa de Organizações Sociais do Estado do Espírito Santo, e foi regulamentada pelo Decreto 2484-R, publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 10 de março de 2010. Em 19 de dezembro de 2020, a AEBES assumiu em caráter emergencial a operacionalização e gestão dos serviços de saúde do Hospital Estadual de Urgência e Emergência – HEUE, com sede na Rua Desembargador José Vicente, 110, Forte São João, Vitória, ES. Para execução dos serviços de saúde foi celebrado entre o governo do Estado por meio da Secretaria Estadual de Saúde e a AEBES, contrato de nº 004/2020, com vigência de 180 dias. Também de forma emergencial o contrato foi assinado com a AEBES, para que haja tempo hábil para a criação do CNPJ de uma filial para registrar e demonstrar as operações deste contrato de

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021			
		31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Superávit/(Déficit) líquido do exercício		-	-
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa e equivalentes			
Constituição da provisão contingencial		-	3.000
Baixa da provisão para contingências		-	(3.000)
		-	-
Aumento líquido/(redução) nos ativos			
Outros ativos circulantes e não circulantes	1.066.693	1.066.693	(1.396.896)
Estoques	1.534.705	1.534.705	(723.334)
Depósitos judiciais	-	-	(14.886)
Bens de terceiros	(4.775.099)	(4.775.099)	(27.570.783)
Reserva p/desmobilização Contrato de Gestão	(3.021.510)	(3.021.510)	(5.615.916)
		(5.195.211)	(35.321.815)
Aumento líquido/(redução) nos passivos			
Fornecedores e outras contas a pagar	(673.637)	(673.637)	6.593.609
Obrigações sociais	512.563	512.563	2.182.855
Provisões sociais	3.776.575	3.776.575	2.923.855
Obrigações fiscais	14.328	14.328	78.413
Bens de Terceiros	4.775.099	4.775.099	27.570.783
Recursos Públicos para Custeio a Realizar	7.338.810	7.338.810	2.660.178
		15.743.738	42.009.693
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais		10.548.527	6.687.878
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recursos Públicos para Investimento a Realizar	(8.580)	(8.580)	8.979
Caixa líquido gerado(consumido) proveniente das atividades de investimentos		(8.580)	8.979
Aumento líquido(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		10.539.947	6.696.857
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.687.220	10.687.220	3.990.363
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	21.227.167	21.227.167	10.687.220
Aumento líquido(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		10.539.947	6.696.857

gestão. Na data de 02 de março de 2021 foi liberado o registro da filial para a unidade do HEUE no cadastro nacional da pessoa jurídica sob o nº 28.127.926/0003-23. O contrato do HEUE permanece em caráter emergencial por este motivo está sendo aditivado por períodos menores até que se finalize o processo de contratação por meio de edital público de ampla concorrência, no quadro abaixo descremos o contrato inicial e seus aditivos de prazo:

Contrato/ Aditivo	Assinatura	Vigência
Inicial	19/12/2020	19/12/2020 a 16/06/2021
4º	17/06/2021	17/06/2021 a 13/12/2021
7º	13/12/2021	14/12/2021 a 11/06/2022
9º	10/06/2022	12/06/2022 a 09/10/2022
10º	10/10/2022	10/10/2022 a 31/10/2022
11º	01/11/2022	01/11/2022 a 10/11/2022
12º	10/11/2022	11/11/2022 a 30/11/2022
13º	30/11/2022	01/12/2022 a 06/02/2023
15º	06/02/2023	07/02/2023 a 06/08/2023

O hospital possui 209 leitos contratualizados, que estão assim distribuídos: 50 leitos de UTI, 148 leitos de enfermaria clínica geral e cirúrgica e 11 leitos de UADC. No Pronto Socorro contamos com plantões presenciais de profissionais médicos nas seguintes especialidades: Cirurgia Geral, Ortopedia, Neurocirurgia, Cirurgia Vascular, Buco-maxilo-facial e Clínica Médica. O Hospital possui 4 blocos, sendo que 1º e 2º blocos são 5 pavimentos, o 3º bloco possui 6 pavimentos (Prédio Garagem 150 Vagas) e o 4º bloco possui 6 pavimentos e um Heliponto. O atendimento do HEUE é 100% prestado aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. **1.1 Contrato de Gestão.** A AEBES por possuir o título de organização social conferido pelo Governo do Estado, está habilitada a firmar contrato de gestão para a prestação de serviços públicos. O contrato de gestão é um instrumento de parceria firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, para execução de atividades específicas. No contrato de gestão de nº 004/2020 firmado com o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo, não há previsão de pagamento da taxa de administração, que seria uma remuneração calculada sobre um percentual dos recursos públicos repassados, em razão do gerenciamento das atividades previstas no contrato de gestão. Não havendo previsão contratual, não existe o repasse da remuneração. O contrato de gestão da operacionalização da unidade Hospital de Urgência e Emergência

Vitória (ES), quinta-feira, 30 de Março de 2023.

- HEUE, firmado entre a Entidade e o Governo do Estado Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo, ao longo de sua execução apresenta um equilíbrio contratual.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. 2.1 Apresentação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis, estão expressas em reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros, bem como pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social. A emissão dessas demonstrações contábeis, foram autorizadas pela Administração em 17 de fevereiro de 2023. **2.2 Continuidade operacional.** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, que pressupõe que uma entidade está em plena atividade e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Partindo deste pressuposto a entidade informa que não tem a intenção e nem a necessidade de entrar em liquidação, e nem reduzir materialmente suas operações de prestação de serviços. A AEBES possui um contrato de gestão para a operacionalização da unidade do Hospital Estadual de Urgência e Emergência, contrato nº 004/2020, assinado pela AEBES e a Secretaria de Estado da Saúde, publicado em 28 de dezembro de 2020, o qual está sendo renovado por períodos de curto intervalo, em razão de ser de caráter emergencial. Foi renovado conforme aditivo de nº 15º, com vigência de 180 dias. Este contrato até a presente data apresenta resultados de excelência quanto ao cumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas junto à contratante. Sendo assim, a entidade informa que esta unidade até o término do prazo estabelecido no termo aditivo 15º, não prevê a descontinuidade de suas operações. **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **(a) Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão referente a acordo coletivo e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. **(b) Instrumentos financeiros básicos.** Os instrumentos financeiros básicos da entidade são classificados como recebíveis e são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de perda por redução ao seu valor recuperável. Os instrumentos financeiros básicos da entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes e não-circulantes, fornecedores e outras contas a pagar, obrigações e provisões sociais e obrigações fiscais. **(c) Caixa e equivalentes de caixa.** As contas de caixa e equivalentes de caixa são representadas pelos recursos financeiros que se encontram à disposição da entidade, compreendendo os meios de pagamento em moeda e em outras espécies, os depósitos bancários e os títulos de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. Os recursos disponíveis são restritos e de uso exclusivo do HEUE, hospital do estado, cuja movimentação está vinculada as obrigações do contrato de gestão (Nota 4). **(d) Contas a receber de clientes.** O saldo de clientes representa valores faturados referentes as atividades operacionais registradas segundo o regime de competência. São apresentados pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais. Quando aplicável, são deduzidos de perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos (Nota 5). **(e) Estoques.** Os estoques estão demonstrados ao valor do custo. O método para avaliação do custo é determinado pelo custo médio ponderado de aquisição, que não superam os preços de mercado (Nota 6). Os estoques referem-se, substancialmente, a medicamentos e material médico-hospitalar, que estão ligados diretamente a atividade fim da entidade. **(f) Bens de terceiros – Cessão de uso.** Esta conta representa os bens que estão em poder da AEBES, recebidos da Secretaria de Estado da Saúde – SESA e destinados a abertura e à operacionalização do Hospital Estadual de Urgência e Emergência, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 004/2020, Anexo IV Termo de Permissão de Uso, nos termos do artigo 21 do Decreto nº 2484-R, do ES (Nota 9). **(g) Provisões.** As provisões são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor seja feita. **(h) Passivos circulantes e não circulantes.** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelo valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente, quando aplicável, é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. **(i) Recursos públicos para investimento - Contrato de Gestão.** A

entidade reconhece os recursos financeiros para investimento do contrato de gestão como uma obrigação a realizar, considerando que os bens patrimoniais foram concedidos para a entidade na forma de cessão de uso, com a permissão do Estado, conforme cláusula segunda do contrato de gestão firmado com a SESA. Os recursos de investimento recebidos para aquisição destes bens patrimoniais foram registrados em conta do passivo, gerando uma obrigação do contrato de gestão. Atendidos os critérios de aprovação e autorização da aquisição do bem patrimonial pela concedente, a entidade reconhece a aquisição destes bens como custo de aquisição de bens do contrato de gestão, em contrapartida de uma obrigação a pagar de fornecedor. Os custos e despesas resultam diretamente do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos, desta forma a realização desta obrigação é reconhecida pela entidade no momento da aquisição de um bem custeado por estes recursos a realizar no passivo, obedecendo o princípio da competência, creditando uma conta de receita proveniente a recursos de investimento em contrapartida de uma conta redutora do passivo - aplicação de recursos de investimento no contrato de gestão. O Hospital Estadual de Urgência e Emergência recebe recursos específicos para aplicação em investimento através do Contrato de Gestão nº 004/2020, no qual são elaborados projetos para utilização do recurso liberado (Nota 14.1). **(j) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação, presente ou não, formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Riscos com expectativa de "perda possível" são divulgadas pela administração, mas não registrados (Nota 15). **(k) Contabilização de receitas, custos e despesas.** Conforme Contrato de Gestão, firmado entre a AEBES – Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense e a SESA – Secretaria de Estado da Saúde, os recursos assistenciais repassados devem ser utilizados com a finalidade única de subsidiar as operações oferecidas pelo Hospital Estadual de Urgência e Emergência. Dessa forma, as receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo conforme estabelecido em contrato, e reconhecidas quando for provável que benefícios futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. No que se refere ao reconhecimento de receitas de assistência ou subvenção governamental, tais receitas são reconhecidas quando não impõe condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora ou as condições de desempenho impostas pela subvenção forem atendidas. Atendidos os requisitos para reconhecimento, os recursos governamentais são reconhecidos como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática (Resolução CFC nº 1.409/12 – ITG 2002 (R1), item 9 e Resolução CFC nº 1.305/10 – NBC TG 07 (R2), item 12), obedecendo ao princípio da competência, independente da emissão da nota fiscal ou de seu recebimento. Os custos e despesas são apurados pelo princípio da competência, independente da emissão da nota fiscal ou de seu pagamento, e serão objeto de parecer por parte da SESA – Secretaria de Estado da Saúde para fiscalização e monitoramento do Contrato de Gestão. Desta forma, os montantes registrados desde o início das operações do Hospital Estadual de Urgência e Emergência, poderão sofrer alterações, de acordo com os resultados alcançados na análise das informações e na conclusão do parecer da Comissão de Avaliação. **(l) Doações.** A Entidade recebe doações de pessoas físicas e/ou jurídicas. No ano de 2022 o valor foi de R\$ 138.713 e em 2021 foi de R\$ 132.794 registrada como receita com restrição (Nota 17). **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.** O caixa e equivalentes de caixa são específicos para utilização no objeto do Contrato de Gestão nº 004/2020 de operacionalização e execução dos serviços de saúde do HEUE. Os recursos disponíveis são restritos e de uso exclusivo do HEUE para operacionalização de suas atividades.

31/12/2021 31/12/2020

Caixa		
Caixa	1.869	2.831
	1.869	2.831
Banco conta movimento:		
Com restrição	8.665	5.863
	8.665	5.863
Aplicações financeiras:		
Aplicações vinculadas a Contratos/Projetos - CDB/RDB (i)	21.216.633	10.678.526
	21.216.633	10.678.526
	21.227.167	10.687.220

(i) As aplicações financeiras se referem aos investimentos em fundos de renda fixa, com objetivo de remuneração do saldo bancário diário, disponível em conta corrente, com resgate diário e automático do recurso investido. Em 2022 apresentou variação no saldo das aplicações pois o contrato sofreu reajustes em suas parcelas em razão da mudança de perfil, ampliação dos leitos de 175 para 209 leitos.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES. Os valores de clientes são representados unicamente pela SESA – Secretaria de Estado da Saúde,

por se tratar de um contrato específico para operacionalizar o Hospital Estadual de Urgência e Emergência, hospital do Estado. Em 31 de dezembro de 2022, todos as parcelas já estavam quitadas, em razão do recebimento antecipado. **6. ESTOQUES.** Os estoques estão avaliados pelo método do custo médio ponderado de aquisição, reduzidos dos valores de perdas por validade vencida, embalagem violada, quebra e desuso, que reduzem o valor recuperável dos estoques.

		31/12/2022		31/12/2021
	%		%	
Medicamentos	53%	1.586.270	60%	2.714.352
Material Médico Hospitalar	36%	1.062.854	33%	1.501.139
Outros	11%	340.374	7%	308.712
		2.989.498		4.524.203

Em 31 de Dezembro de 2022 os saldos de estoque apresentaram uma queda em razão da redução da demanda dos atendimentos aos pacientes da Covid-19. **7. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES.** Estão representados por valores adiantados a fornecedores e empregados, despesas antecipadas e outros, no qual todos são registrados pelo custo do valor histórico.

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos a Fornecedores	182.416	1.244.589
Adiantamentos de Férias	91.589	32.853
Valores a Receber	15.029	25.123
Empréstimos de Materiais e Medicamentos	41.169	94.331
	330.203	1.396.896

8. RESERVA PARA DESMOBILIZAÇÃO DE PESSOAL (VERBAS RESCISÓRIAS) – CONTRATO DE GESTÃO. O contrato de gestão 004/2020 prevê conforme cláusula terceira a aplicação de recursos na recomposição dos valores de contrato de gestão destinados a desmobilização de pessoal, passando a ser realizada a retenção no repasse mensal dos recursos de custeio. Os valores desta recomposição estão sendo mantidos em conta bancária vinculada à Sesa, conta de nº 31.868.060 do banco Banestes.

	Retenção	Rendimentos	Saldo
Em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Movimentação de 2021	5.469.904	146.012	5.615.916
Em 31 de dezembro de 2021	5.469.904	146.012	5.615.916
Movimentação de 2022	2.123.125	898.385	3.021.510
Em 31 de dezembro de 2022	7.593.029	1.044.397	8.637.426

9. BENS DE TERCEIROS – CESSÃO DE USO. O contrato de gestão 004/2020 para operacionalização do HEUE prevê a permissão de uso de bens públicos, conforme cláusula segunda. Os valores de bens de terceiros – cessão de uso, foram registrados com base no valor de aquisição do bem fornecida pela Secretaria de Estado da Saúde – SESA.

	31/12/2022	31/12/2021
Recebidos por Transferência		
Equipamentos Hospitalares	20.687.091	16.868.894
Máquinas e Equipamentos Diversos	2.771.439	2.761.990
Equipamentos de Informática	1.404.104	1.235.122
Móveis e Utensílios	2.052.539	1.574.351
Eletrodomésticos	90.655	90.655
Eletroeletrônicos	585.897	305.968
Veículos	355.280	355.280
	27.947.005	23.192.260

	31/12/2022	31/12/2021
Adquiridos com Recursos Contrato de Gestão		
Equipamentos Hospitalares	3.668.824	3.668.823
Máquinas e Equipamentos Diversos	4.350	4.350
Equipamentos de Informática	464.184	453.177
Móveis e Utensílios	259.849	250.503
Eletroeletrônicos	1.670	1.670
	4.398.877	4.378.523
	32.345.882	27.570.783

Em 2022 foram transferidos bens da SESA para o HEUE em razão da mudança de perfil da unidade, houve ampliação dos leitos de 175 para 209 leitos, necessitando de novos equipamentos hospitalares.

10. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR. Os valores de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente, reconhecidos pelo valor nominal (valor justo) e subsequentemente, quando aplicável, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, acrescidos quando devido, dos correspondentes encargos dos títulos vencidos, incorridos até a data da apresentação das demonstrações contábeis.

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores Gerais de Estoque	2.341.927	3.134.059
Fornecedores de Serviços	114.556	264.569
Fornecedores de Outras Contas a Pagar	1.642.466	1.456.820
Repasse Médico	4.772.266	4.661.032
Empréstimos de Materiais e Medicamentos	526.568	554.940
	9.397.783	10.071.420

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS. As obrigações sociais estão representadas pelos valores devidos sobre a folha de salários dos funcionários como o INSS e o FGTS. Além disso, compõem as obrigações sociais a retenção do INSS pela cessão de mão-de-obra, assim como as contribuições retidas de terceiros. Em decorrência da inconstitucionalidade da cobrança do PIS sobre folha de salários das entidades sem finalidade de lucro (Recurso Extraordinário (RE) nº 636.941 STF), a entidade não reconhece o PIS sobre folha e seus encargos, como devidos.

	31/12/2022	31/12/2021
Salários a Pagar	2.430.864	2.020.674
Rescisões a Pagar	30.227	11.753
Pensão Judicial/Alimentícia	4.252	1.538
Contribuição Social/Sindical	3.659	10.283
FGTS a Pagar	343.361	281.256
INSS a Pagar - Folha	227.788	218.597
Plano Odontológico	15.682	7.560
Plano de Saúde	6.692	59.343
INSS sobre pagamento para Autônomos	727	660
INSS sobre Prestação de Serviços	87.215	79.186
IRRF - Folha	177.126	150.518
Pis/COFINS/CSLL Lei nº 10.833/2003	200.534	174.196
	3.528.127	3.015.564

12. PROVISÕES SOCIAIS. O saldo foi provisionado com base na remuneração mensal do funcionário respeitando a quantidade de avos a que tenha direito, bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores objetos da provisão e as verbas rescisórias, quais sejam a multa de 40% do FGTS e o aviso prévio indenizado, essas verbas estão relacionadas com a desmobilização de pessoal em caso de encerramento do contrato de gestão, respeitando o princípio da competência.

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de Férias	3.373.583	2.709.106
Encargos sobre Provisão de Férias	269.880	214.749
Saldo Provisão Férias/13%/Encargos		
-Transferidos HEUE x HEVV	2.169	-
Saldo Provisão Férias/13%/Encargos		
-Transferidos HEUE x HEJSN	(22.861)	-
Provisão API Aviso Prévio Indenizado	279.951	-
Provisão API sobre Férias	240.599	-
Provisão API sobre 13º salário	182.035	-
Provisão FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	443.401	-
Provisão FGTS 40% Rescisão	1.931.673	-
	6.700.430	2.923.855

Até 31 de dezembro de 2019, a entidade não registrava passivos relacionados com a desmobilização do contrato de gestão, que se referem às verbas rescisórias, quais sejam a multa de FGTS e o aviso prévio indenizado. Em 2022, por força de aditivo contratual firmado ao final do exercício de 2021, essas verbas passaram a ser contabilizadas, fator que representa a elevação das provisões para 2022. **13. OBRIGAÇÕES FISCAIS.** Em função do caráter beneficente da Entidade, as obrigações fiscais estão representadas apenas pelas retenções do imposto de renda na fonte e ISS na fonte sobre as prestações de serviço.

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Retido na Fonte	75.826	68.103
ISS - Retenção	17.156	10.551
	92.982	78.654

14. RECURSOS PÚBLICOS A REALIZAR (OBRIGAÇÕES DO CONTRATO DE GESTÃO) Recursos públicos a realizar representam um benefício econômico específico recebido por meio do Contrato de Gestão nº 004/2020 firmado entre a AEBES – Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense e o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da SESA – Secretaria de Estado da Saúde, e possui como objetivo pré-determinado e único a operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Estadual de Urgência e Emergência. Os recursos governamentais disponibilizados são mensurados ao valor justo, valor nominal conforme estabelecido em contrato, acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira. Estes recursos enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado são registrados em conta específica do passivo. Atendidos os requisitos para reconhecimento, os recursos governamentais são reconhecidos como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática (Resolução CFC nº 1.409/12 – ITG 2002 (R1), item 9 e 11 e Resolução CFC nº 1.305/10 – NBC TG 07 R2), item 12). **14.1 Recursos Públicos Para Investimento a Realizar – Obrigações do Contrato de Gestão.** Recursos públicos para investimento a realizar corresponde aos recursos financeiros de investimento recebidos da SESA – Secretaria de Estado da Saúde, destinados à aquisição de bens e/ou reforma predial para o Hospital Estadual de Urgência e Emergência. Em 31 de dezembro de 2022 o total de recursos recebidos foi de R\$ 4.576.080, que está representado pela soma dos valores de R\$ 948.000 que representa a totalidade de recursos recebidos na filial, e de R\$ 3.628.080 que foram recebidos na matriz e totalmente transferido para a filial. Somados a estes recursos, temos os rendimentos no valor de R\$ 13.507 resultante

Vitória (ES), quinta-feira, 30 de Março de 2023.

das aplicações realizadas no mercado financeiro dos recursos recebidos. Até 31 de dezembro de 2022 foram aplicados os recursos no contrato de gestão no montante de R\$ 4.589.188.

	Recursos recebidos	Saldo em Bancos conta movimento	Saldo de Aplicações financeiras	Rendimentos de Aplicação Financeira	Transferências saldos matriz para filial	Aplicação dos Recursos no Contrato Gestão	Saldo das Obrigações no Passivo
Em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação de 2021 na matriz	3.628.080	-	-	6.975	(3.635.015)	(40)	-
Movimentação de 2021 na filial	948.000	-	8.979	6.264	3.635.015	(4.580.300)	8.979
Em 31 de dezembro de 2021	4.576.080	-	8.979	13.239	-	(4.580.340)	8.979
Movimentação de 2022	-	-	(8.580)	268	-	(8.848)	(8.580)
Em 31 de Dezembro de 2022	4.576.080	-	399	13.507	-	(4.589.188)	399

14.2 Receita de Recursos Públicos para Custeio a Realizar – Obrigações do Contrato de Gestão. Recursos públicos para custeio, a realizar, correspondem aos recursos financeiros assistenciais recebidos da SESA – Secretaria de Estado da Saúde, destinados a operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Estadual de Urgência e Emergência. O valor de R\$ 267.392.428 corresponde aos recursos disponibilizados, somados

a estes recursos temos os rendimentos de aplicações financeiras no valor de R\$ 3.204.130. Em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$260.517.729 representa o montante utilizado para custear as despesas registradas ao longo da execução do contrato, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

	Ativo			Passivo e Receita			
	Recursos recebidos	Saldo em Bancos conta movimento	Saldo de Aplicações financeiras	Rendimento de aplicação financeira	Transferências saldos da matriz para filial	Aplicação dos Recursos no Contrato Gestão	Saldo das Obrigações no Passivo
Em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	3.480.471
Movimentação de 2021	112.972.509	4.150	10.669.547	487.607	(79.841)	(110.720.097)	2.660.178
Em 31 de dezembro de 2021	112.972.509	4.150	10.669.547	487.607	(79.841)	(110.720.097)	6.140.649
Movimentação de 2022	154.419.919	3.189	10.546.687	2.716.523	-	(149.797.632)	7.338.810
Em 31 de Dezembro de 2022	267.392.428	7.339	21.216.234	3.204.130	(79.841)	(260.517.729)	13.479.459

15. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS. Até a data de 31 de dezembro de 2022 a entidade não possuía processos judiciais trabalhista, cíveis e tributários para reconhecimento da provisão para contingências, bem como para divulgação. A entidade também controla no seu ativo não circulante os valores de depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2022 o montante é de R\$ 14.886 e representa depósitos judiciais de natureza cível, provenientes de cobrança indevida de título em cartório, o depósito é para garantir e suspender os efeitos do protesto até finalização da ação.

	Valor Em 31 de dezembro de 2021	Novos depósitos	Baixa	Baixa	Valor Em 31 de dezembro de 2022
Cíveis	14.886	-	-	-	14.886
	14.886	-	-	-	14.886

16. PATRIMÔNIO SOCIAL. Em conformidade com a legislação inerente às Entidades do Terceiro Setor, o valor do Patrimônio Social é "Zero", em função da natureza do contrato firmado entre a AEBES e a SESA, o qual define no item 2.4, que a AEBES, quando da extinção do Contrato de Gestão, a Entidade CONTRATADA deverá: "Transferir, integralmente, à CONTRATANTE em caso de desqualificação e consequente extinção da Organização Social, e/ou rescisão deste contrato, o patrimônio, os legados ou doações que lhe foram destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde no Hospital Estadual de Urgência e Emergência cujo uso lhe fora permitido". Dessa forma, por se tratar de gestão de RECURSOS RESTRITOS, os quais só poderão ser utilizados na operacionalização dos serviços de saúde prestados no HEUE, todo e qualquer excedente está contabilizado como PASSIVO, até que sejam atendidos os requisitos para reconhecimento da Receita. Sendo assim, a contabilização gera efeito zero no resultado, pois a Receita equipara-se aos custos e despesas que compensou. Tal entendimento é baseado nas normas aplicáveis às Entidades (Resolução CFC nº 1.409/12 – ITG 2002 (R1), item 9 e Resolução CFC 1.305/10 – NBC TG 07 (R2), item 12). O Conselho Federal de Contabilidade, com a finalidade de atender às aspirações da sociedade por maior transparência, bem como contribuir para a prestação de contas das entidades do terceiro setor, publicou o Manual para Entidades do Terceiro Setor, o qual esclarece que: "Se a Entidade sem Finalidade de Lucros é financiada por fontes adicionais com restrição, essas fontes que financiam essas atividades restritas só podem ser aplicadas em plano de trabalho previamente aprovado que contemplem a vontade do aportador. Decorrente dessa restrição, as seguintes equações para a estrutura patrimonial e para a estrutura do resultado devem ser satisfeitas em qualquer estágio da aplicação dos recursos restritos:

(a) estrutura patrimonial

Rr = Rrec - Rapl - Rd = 0

Em que Rr é recurso com restrição; Rrec é recurso recebido; Rapl é recurso aplicado; Rd é recurso disponível. Com essa equação satisfeita, as contas da parceria com restrição não afetam o equilíbrio patrimonial da entidade.

(b) estrutura de resultado

Rp = Rpr - Cpr = 0

Em que Rp é resultado da parceria com restrição; Rpr é receita da

parceria com restrição; Cpr é custo da parceria com restrição. Uma vez satisfeita essa equação, o resultado da parceria com restrição não afeta o resultado com transações próprias da entidade." **17. RECEITAS.** As receitas são provenientes aos recursos repassados pela SESA – Secretaria de Estado da Saúde, por meio do contrato de gestão firmado entre as partes, acrescidas de outras receitas como: doações, locação de espaço para lanchonete, insubstituição ativa que é representada pela redução do passivo referente a reversão no saldo de processos judiciais trabalhistas, cíveis e tributários, entre outras. Todas as receitas são de natureza restrita por força do contrato, determinando que os recursos assistenciais repassados devem ser utilizados com a finalidade única de subsidiar as operações oferecidas pelo Hospital Estadual de Urgência e Emergência. O contrato ainda prevê que em caso de extinção, a Entidade CONTRATADA deverá: "Transferir, integralmente, à CONTRATANTE em caso de desqualificação e consequente extinção da Organização Social, e/ou rescisão deste contrato, o patrimônio, os legados ou doações que lhe foram destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde no Hospital Estadual de Urgência e Emergência cujo uso lhe fora permitido".

31/12/2022 31/12/2021

Receitas operacionais com restrição

Receita de Serviços de Saúde - Recursos de Custeio Contrato de Gestão	149.797.632	142.045.939
Receita de Serviços de Saúde - Recursos de Investimento Contrato de Gestão	8.848	4.580.341
	149.806.480	146.626.280

Receita financeira

Descontos Obtidos	9.478	21.242
	9.478	21.242

Outros recursos recebidos

Doações de Medicamentos e Materiais	129.411	130.986
Doações de Bens Imobilizados	9.302	1.808
Receita de Recuperações de Custos e Despesas	119.714	107.363
Receita de Venda de Sucatas	3.815	4.490
	262.242	244.647
	271.720	265.889
	150.078.200	146.892.169

18. CUSTOS DE PESSOAL PRÓPRIO. Em decorrência da inconstitucionalidade da cobrança do PIS sobre folha de salários das entidades sem finalidade de lucro (Recurso Extraordinário (RE) nº 636.941 STF), a entidade não mais reconhece o PIS sobre folha e seus encargos, como devidos.

31/12/2022 31/12/2021

Custo com Folha de Pagamento

Salários	(29.118.217)	(27.112.842)
Horas Extras	(1.902.426)	(2.673.934)
Gratificações	(254.583)	(216.671)
Vale transporte	(410.212)	(354.501)
FGTS	(2.552.433)	(2.416.647)
Rescisão e Aviso Prévio Indenizado	(182.623)	(299.236)
	(34.420.494)	(33.073.831)

31/12/2022 31/12/2021

Provisões e Encargos s/Folha de Pagamento

Provisão de Férias	(4.055.359)	(3.588.137)
Provisão de FGTS sobre Férias	(329.188)	(288.310)
Provisão de Décimo Terceiros Salário	(2.889.875)	(2.563.830)
Provisão de FGTS sobre 13º Salário	(233.180)	(203.194)
Provisão API Aviso Prévio Indenizado(I)	(279.951)	-
Provisão API sobre Férias(I)	(240.599)	-
Provisão API sobre 13 salário(I)	(182.035)	-
Provisão FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado(I)	(443.401)	-
Provisão FGTS 40% Rescisão(I)	(1.931.673)	-
	(10.585.261)	(6.643.471)

Outros Custos de Pessoal

Cursos e Treinamentos	(41.320)	-
Crédito Premiação PHERTO	(2.128.512)	(1.598.975)
Plano Odontológico	(99.100)	(58.786)
Plano Saúde	(116.274)	(111.405)
Seguro de Vida - Funcionários	(27.140)	(21.253)
Outros Custos de Pessoal	(29.922)	(184.608)
	(2.442.268)	(1.975.027)
	(47.448.023)	(41.692.329)

Até 31 de dezembro de 2019, a entidade não registrava passivos relacionados com a desmobilização do contrato de gestão, que se referem às verbas rescisórias, quais sejam a multa de FGTS e o aviso prévio indenizado. Em 2022, por força de aditivo contratual firmado ao final do exercício de 2021, essas verbas passaram a ser contabilizadas, fator que representa a elevação das provisões para 2022. A unidade também sofreu mudança no seu perfil de atendimento, incorporando novos leitos.

19. CUSTOS DE SERVIÇOS

31/12/2022 31/12/2021

Custo com Serviços Médicos e Diagnóstico

Serviços Médicos	(45.156.688)	(40.386.904)
Serviços de Diagnóstico e Tratamento Terceirizados	(11.705.329)	(11.808.058)
Reversão de Provisão de Serviços Médicos e de Diagnóstico	(92.719)	112.067
	(56.954.736)	(52.082.895)

Custo com Serviços Diversos

Serviços de Terceiros diversos	(250.527)	(222.426)
Serviços de auditoria	(23.516)	(48.669)
Serviços de Assessoria e Consultoria	(30.558)	(135.911)
Serviços de Vigilância/Portaria	(3.192.936)	(2.706.709)
Serviços de Esterilização Hospitalar	(8.839)	(4.293)
Serviços de Gráficos	(7.354)	(8.722)
Serviços de Publicações em Jornais/Revistas/Diário	(26.802)	(319)
Serviços de Manutenção de Sistemas	(1.355.985)	(1.186.800)
Serviços de Manutenção e Conservação Prestados por Terceiros	(1.420.813)	(999.719)
Serviços de Fornecimento de Alimentação e Dietética	(6.655.523)	(5.892.049)
Serviços de Lavanderia	(764.573)	(1.096.416)
Serviços de Remoção de Pacientes	(509.196)	(599.038)
Serviços de Dedetização	(10.689)	(5.250)
	(14.257.311)	(12.906.321)
	(71.212.047)	(64.989.216)

Em 2022 apresentou variação nos custos com serviços, em razão da mudança de perfil de seu atendimento, incorporando novos leitos de UTI e enfermaria.

20. CUSTOS DE MATERIAIS

31/12/2022 31/12/2021

Ajuste de Inventário	(11.587)	(222.633)
Baixa de Produtos do Estoque	(302.163)	(213.018)
Medicamentos	(9.697.175)	(12.406.845)
Material Médico Hospitalar	(8.611.264)	(11.269.101)
Material Cirúrgico de Órteses e Próteses (OPME)	(3.704.062)	(3.606.041)
Gases Medicinais	(544.331)	(567.122)
Material de Higiene e Limpeza	(1.231.292)	(1.007.726)
Material de Expediente e Impresso	(843.790)	(668.477)
Materiais Descartáveis para Consumo	(86.526)	(63.157)
Outros Materiais de Consumo	(304.280)	(420.693)
Combustíveis e Lubrificantes	(133.870)	(94.185)
Material para Manutenção (reparos/consertos)	(623.684)	(453.217)
Material para Manutenção de Máquinas e Equipamentos	(288.764)	(276.233)
	(26.382.788)	(31.268.448)

Com a redução da demanda do tratamento para pacientes da Covid-19, os custos de materiais apresentaram queda em 2022. **21. CUSTO DE AQUISIÇÃO DE BENS DO CONTRATO DE GESTÃO.** Esta conta representa o custo de aquisição dos bens adquiridos com os recursos

Rodrigo André Seidel
PresidenteAllan Rodrigues Oliveira
TesoreroiroDenise Hell Elias
Contadora - CRC-ES 013149/O-4

financeiros recebidos da Secretaria de Estado da Saúde - SESA por meio do contrato de gestão firmado com a entidade. Estes valores são confrontados com uma receita correspondente, e debitadas em conta redutora do passivo, reconhecendo assim a obrigação da aplicação dos recursos públicos do contrato de gestão. Os bens são concedidos à entidade por meio de cessão de uso, uma vez que são de natureza pública, e pertencentes ao estado.

31/12/2022 31/12/2021

Equipamentos Hospitalares	-	(3.668.823)
Máquinas e Equipamentos Diversos	-	(4.350)
Equipamentos de Informática	(11.007)	(453.177)
Moveis e Utensílios	(9.346)	(250.503)
Eletroeletrônicos	-	(1.670)
	(20.353)	(4.378.523)

Em 2022 houve uma redução substancial, pois em 2021 em razão da necessidade de estruturação dos serviços para atendimento à Covid-19 foram liberados recursos extraordinários de investimento para compra de equipamentos.

22. DESPESAS GERAIS

31/12/2022 31/12/2021

Gastos Gerais		
Outras Despesas	(488)	(2.660)
Associações de Classes	(947)	(1.684)
Correios	(356)	(1.720)
Fretes e Carretos	(4.439)	(20.780)
Cópias/Autenticações/Cartório	(1.261)	-
	(7.491)	(26.844)

Utilidades

Energia Elétrica	(2.979.679)	(2.902.084)
Telefone e Internet	(777)	(912)
Água e Esgoto	(902.502)	(801.999)
Internet	(43.770)	(34.461)
Locações Diversas	(1.035.709)	(693.444)
	(4.962.437)	(4.432.900)
	(4.969.928)	(4.459.744)

23. DESPESAS FINANCEIRAS

31/12/2022 31/12/2021

Despesas Bancárias	(8.225)	(20.085)
Juros, Multas, Correções e acréscimos	(7.223)	(15.700)
	(15.448)	(35.785)

24. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

31/12/2022 31/12/2021

IPPU e Taxas Prefeitura	(24.811)	(30.072)
Taxas, Alvarás, Registros e Licenças	(3.896)	(4.941)
IPVA e Seguro Obrigatório	(906)	(636)
	(29.613)	(35.649)

25. BENEFÍCIOS FISCAIS. Em atendimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, a entidade informa que deixou de recolher para Previdência Social os valores do INSS patronal, SAT e Terceiros, bem como os valores de PIS, IRPJ, CSLL, COFINS e ISSQN, sobre suas receitas totais, tendo em vista o caráter de entidade beneficente.

31/12/2022 31/12/2021

Impostos e Contribuições Federais		
COFINS	8.779.139	7.868.379
PIS Faturamento	1.905.997	1.708.266
Previdência Social Patronal - 20%	7.494.763	6.652.257
Previdência Social S.A.T - 2%	749.476	665.226
Previdência Social Terceiros - 5,8%	2.173.481	1.929.154
Previdência Social Cooperativa - 20%	3.349.291	2.935.937
	24.452.147	21.759.219

Impostos e Contribuições Municipais

Imposto sobre Serviço - ISS	2.996.130	2.932.526
	2.996.130	2.932.526
	27.448.277	24.691.745

26. GRATUIDADES. Com relação às gratuidades, nos termos da Lei nº 12.101/09, Portaria nº 3.355/10 e Decreto nº 8.242/14 a entidade disponibiliza 100% da capacidade instalada da Unidade do Hospital Estadual de Urgência e Emergência aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS. A entidade oferece aos seus funcionários participação no programa PHERTO - Programa do Hospital de Urgência e Emergência de Retenção de Talentos e Oportunidades, Plano Odontológico e Plano de Saúde, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são em sua totalidade custeados pela entidade, exceto o plano de saúde, que é participativo do qual a instituição contribui com 25% do custo contratual. Estes benefícios são registrados como custo de pessoal quando incorridos. Em 31 de dezembro de 2022 o montante representa R\$2.343.886, em 31 de dezembro de 2021 R\$ 1.769.166. **28. TRABALHO VOLUNTÁRIO.** A entidade informa que não possui programas de trabalho voluntariado na unidade do Hospital Estadual de Urgência e Emergência.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

À Assembleia Geral da AEBES - **Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense - Hospital Estadual de Urgência e Emergência - HEUE**. O Conselho Fiscal reunido de forma online em 10/03/2023, para deliberar quanto à prestação de contas referente a 1/1/2022 a 31/12/2022, referente Hospital Estadual de Urgência e Emergência - HEUE, no uso de suas atribuições legais descritas no artigo 44 parágrafo C do Estatuto Social da AEBES: - Examinou as Demonstrações Contábeis e demais documentos relativos às operações realizadas por esta instituição. - Examinou o relatório fornecido pela auditoria independente Baker Tilly Brasil ES Auditores Independentes, datado de 24 de fevereiro de 2023. Considerando o parecer da auditoria externa: "Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense AEBES - Hospital Estadual de Urgência e Emergência - HEUE ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas

explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Interpretação Técnica Geral aplicáveis a Entidade sem Finalidade de Lucros - ITG 2002, bem como com a Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social." O Conselho Fiscal, por unanimidade de votos, entende que as referidas demonstrações, com base na análise das demonstrações contábil-financeiras do Hospital Estadual de Urgência e Emergência - HEUE executadas pela Auditoria externa e independente sobre o resultado contábil analisado encontram-se em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação da Prestação de Contas da Assembleia Geral da AEBES. Heronim Antonio Marçal - Relator; Osvaldo Gomes de Abreu Junior- Secretário; Marcela da Costa - Titular; Márcio Aguiar da Silva - Suplente; Segleinda Neumann - Suplente

Protocolo 1056604

